



ARGENTINA

Presidente Javier Milei firma decreto que modifica a Lei de Migração. Medida proíbe a entrada no país e cancela a residência de estrangeiros que ofenderem a nação, a população e os símbolos da pátria. Especialistas consideram medida inconstitucional

Portas fechadas para quem expressar ódio

» RODRIGO CRAVEIRO

A partir de hoje, qualquer pessoa que expressar discurso de ódio contra a Argentina, os seus símbolos nacionais ou sua população ficará proibida de entrar no país ou ter a residência cancelada. A medida atende a uma modificação por decreto, feita pelo presidente Javier Milei, na Lei de Migração. “A festa acabou para acabou para qualquer um que não respeitar a grande nação argentina”, escreveu o líder ultralibertário em seu perfil na rede social X. A mensagem acompanha uma imagem do comunicado oficial da Presidência da Argentina. “O gabinete do presidente informa que o presidente Javier G. Milei assinou um Decreto de Necessidade e Urgência que incorpora como causal de proibição de entrada e de expulsão do território nacional a todo estrangeiro que dirigir ou incitar mensagens de ódio, discriminação e/ou violência contra o povo argentino ou seus cidadãos por motivo de sua nacionalidade, assim como o ultraje aos símbolos pátrios”, afirma a nota.

A ordem executiva amplia o escopo dos crimes para as esferas oral e escrita. Segundo o documento, o possível cancelamento da residência “implica em ordem de saída do país dentro de um prazo determinado ou expulsão do território nacional”. “Frente às recentes manifestações de hostilidade contra a República Argentina e os argentinos, o governo Nacional reafirma que a defesa da Nação, de seus cidadãos e de seus símbolos não é negociável. Quem atacar a República Argentina não é bem-vindo ao nosso país”, acrescenta o comunicado, assinado pelo próprio Milei, sem especificar as demonstrações de hostilidade.

A decisão dos jogadores da Argentina de posarem com uma bandeira que trazia a inscrição “As Malvinas são argentinas”, durante a Copa, desatou uma onda de críticas. No domingo, em entrevista à rádio local Mitre, Milei acusou Brasil e México, além do Partido Democrata dos EUA, de financiarem uma “campanha contra a Argentina”. “Quem pôs mais dinheiro nesta campanha anti-Argentina... O governo do Brasil. Vinte e cinco por cento dos recursos saíram do governo do Brasil”, afirmou. No sábado, durante a convenção do Partido Liberal (PL), em São Paulo, que confirmou a candidatura de Flávio Bolsonaro ao Planalto, Milei chamou o presidente Luiz

Nelson Almeida/AFP



Inácio Lula da Silva de “ladrão” e “presidiário” e iniciou uma crise diplomática com o Brasil, a qual culminou na reprimenda a embaixadores.

Sem fundamento

Diretor da especialização em Migração e Asilo da Universidad Nacional de Lanús (em Buenos Aires) e ex-vice-presidente do Comitê da ONU dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias, Pablo Ceriani Cernadas assegurou ao **Correio** que o decreto é “claramente inconstitucional”. “Ele elude, sem justificativa, o trâmite que a Constituição estabelece para dar forma à lei: o tratamento por parte do Congresso. Não há nenhum fundamento, nenhum tipo de evidência, de dados ou de estatística, ou fator que explique ou tente justificar uma situação de urgência imediata para essa reforma”, explicou. “Espero que o Congresso rejeite o decreto, e a Justiça o declare inconstitucional, a fim de prevenir danos.”

Cernadas lembra que a Argentina possui um mecanismo para lidar com a



A festa acabou para qualquer um que não respeitar a grande nação argentina”

Javier Milei, presidente da Argentina

promoção de ódio ou incitação à violência por parte de estrangeiros no país. “Na Lei de Antidiscriminação, da década de 1980, e na Lei de Migrações está previsto como causal de expulsão o cometimento de crime”, disse. O especialista da Universidad de Lanús considera “muito grave” o fato de a Direção Nacional de Migrações, órgão do Executivo, tomar a decisão de expulsar, cancelar a residência ou impedir a entrada no país de estrangeiros. “O Executivo se tornaria juiz de uma conduta, quando isso é uma função da Justiça”, advertiu. Um ponto contraditório é o fato de o

decreto sustentar que, “em hipótese alguma”, as penas podem ser aplicadas a “manifestações de dissidência ideológica ou críticas políticas, acadêmicas ou cívicas que constituam exercício legítimo de direitos garantidos”. Cernadas vê uma tentativa do governo de usar um “bode expiatório” para desviar a atenção dos problemas sociais, econômicos e políticos do país.

Miguel De Luca, cientista político da Universidad de Buenos Aires (UBA), explicou ao **Correio** que o decreto equivaleria, no Brasil, a uma medida provisória. “Para que o presidente pudesse fazê-lo, deveriam existir circunstâncias excepcionais que justificassem a impossibilidade de aguardar o Congresso. A situação de necessidade e urgência não parece existir neste caso”, observou. “Além disso, a questão está sujeita à legislação do Congresso, que deverá conciliar a decisão com o princípio constitucional que estabelece uma interpretação ampla da imigração.”

Por sua vez, Ana Paula Penchaszadeh, também professora da UBA, também vê

Eu acho...



Arquivo pessoal

“O decreto consolida ou aprofunda reformas populistas de caráter discriminatório, xenófobo e antidemocrático que Milei impulsionou no âmbito das migrações. Em 2024, reformou, também por decreto, a Lei de Refugiados, com invocações de que vincularia refugiados com a segurança nacional. Sem evidência, burlou a Constituição e o Congresso, ao reformular a Lei de Refugiados. Em 2025, reformou a Lei de Migrações, excluindo os imigrantes do acesso à saúde e à educação superior. O próprio governo tem feito operações em bairros onde vivem imigrantes para detê-los, com transmissão em redes sociais, mostrando-os como delinquentes.”

Pablo Ceriani Cernadas, diretor da Especialização em Migração e Asilo da Universidad Nacional de Lanús (em Buenos Aires), advogado e ex-vice-presidente do Comitê de Nações Unidas dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias

gravidade na medida. “Ela condiciona a entrada e a residência a uma avaliação vaga de opiniões e expressões. Inclui ‘discurso de ódio’ e ‘insultos’ a símbolos nacionais como motivos para punição, mas não estipula o alcance, a severidade, nem como ou sob quais fundamentos e garantias essas punições devem ser avaliadas pelas autoridades de imigração”, disse à reportagem.

ORIENTE MÉDIO

Esforços para conter a escalada

» SILVIO QUEIROZ

Com Estados Unidos e Irã engalfinhados em uma nova espiral de ataques, com impacto nos mercados de petróleo e temores por uma nova escalada na guerra iniciada em 28 de fevereiro por EUA e Israel, o Paquistão volta ao centro dos esforços diplomáticos. As preocupações se estendem ao risco de expansão descontrolada do conflito, depois de uma ofensiva iraniana contra bases americanas na Jordânia, seguida pela inédita participação direta da Arábia Saudita em uma operação contra milícias xiitas pró-Teerã, no Iraque. O Egito confirmou que drones foram os causadores do incêndio em um terminal de gás no porto de Damietta, no litoral do Mediterrâneo — mas não apontou diretamente a origem do bombardeio.

“As negociações entre as partes seguem em andamento, especialmente no que diz respeito ao Estreito de Ormuz e à desescalada”, informou em Islamabad o porta-voz da chancelaria, Tahir Andrabi. A intervenção paquistanesa se segue a mais extensa e intensa salva de bombardeios dos EUA contra solo iraniano desde a retomada dos combates. Concluída nas primeiras horas de ontem, foi a resposta direta aos mísseis lançados contra a Jordânia. O Irã relatou a

morte de três soldados da Guarda Revolucionária Islâmica e anunciou ter revidado contra alvos norte-americanos no Kuwait e, novamente, na Jordânia.

Fator saudita

Entre analistas e observadores, no entanto, é o envolvimento progressivo da Arábia Saudita que desperta mais atenção — e uma dose de preocupação. Além de ter participado do ataque aos xiitas iraquianos, o reino costura com vizinhos a formação de uma coalizão multinacional de defesa marítima. A iniciativa, voltada especialmente para o Mar Vermelho, ganhou ontem o aval de mais 13 países, firmado em comunicado conjunto liderado por Riad. A questão foi objeto de conversações do chanceler saudita com o colega paquistanês. “Definitivamente, o reino está se engajando, não diretamente contra o Irã, mas contra os grupos apoiados por ele. Mas é ainda uma ‘guerra por procuração’”, analisa, em entrevista ao **Correio**, o professor de relações internacionais Gunther Rudzit, da ESPM. Ele vê na mudança de atitude o resultado “da pressão americana para que façam alguma coisa: afinal, vêm acumulando capacidade militar e não reagem?”

Roberto Goulart Menezes, professor titular do Instituto de Relações Internacionais (Irel) da UnB, pondera que o governo de Riad “tem

mantido, de certa forma, uma posição moderada ou discreta, porque identifica que a guerra é de Israel contra o Irã, com apoio dos EUA”. Mas concorda que Washington “tem puxado para que eles se engajem no combate, mesmo que não diretamente contra o Irã”.

O estudioso do Irel/UnB chama a atenção para o esforço saudita de articular a coalizão marítima com vizinhos do Golfo Pérsico, mas também países como Turquia, Paquistão e Egito. Menezes relaciona a iniciativa diretamente ao bloqueio naval que os xiitas houthis do Iêmen, aliados de Teerã, tentam impor ao reino. “A chance de conseguirem formar essa coalizão é grande, porque esse bloqueio complicaria ainda mais a situação energética no mundo: o interesse é também dos países importadores de petróleo.”

O professor da ESPM vê no movimento “uma indicação diplomática e militar de que os países da região não continuarão aceitando passivamente a tentativa do regime iraniano de não só fechar Ormuz, mas também cobrar ‘pedágio’ dos navios que passam pelo estreito”. Rudzit alerta ainda para “fortes indícios de que a Arábia Saudita deve iniciar uma ofensiva por terra no Iêmen”, em resposta à necessidade de “impor-se também como potência regional — afinal, lidera as monarquias do Golfo e está sendo praticamente humilhada pelo Irã”.

Imigrantes invadem a Espanha

Lucía Díaz/AFP



O governo da Espanha enviou ontem o Exército para o enclave de Ceuta, no norte da África, para enfrentar a “emergência humanitária” declarada depois que centenas de imigrantes procedentes do Marrocos invadiram o território — onde se somaram a 1,5 mil que haviam chegado nos últimos dias, a nado ou pulando a cerca de proteção da fronteira. A crise resultou em numerosas mortes e voltou a tensionar as relações entre os governos de Madri e Rabat. É o episódio mais grave de invasão humana a Ceuta desde maio de 2021, quando mais de 10 mil imigrantes forçaram a entrada no enclave. O governo da Itália, que critica o vizinho europeu por dar cidadania “a estrangeiros irregulares”, defendeu que a Espanha seja suspensa do espaço de livre trânsito de pessoas em território da União Europeia.